

O TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC):

Atribuições para o Serviço Social nos Projetos de Infraestrutura Urbana

Danuza Labanca Rocha¹

RESUMO:

O presente artigo discorre sobre a ação profissional do Serviço Social na implementação de projetos de Infraestrutura Urbana previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Objetiva-se problematizar o processo interventivo dos Assistentes Sociais na gerencia de projetos e na gestão das cidades, diferenciando-o das demais profissões que demandam o Programa para a execução do Trabalho Social. Busca-se, a partir de uma pesquisa bibliográfica sob a perspectiva crítica e dialética, reconhecer os parâmetros e desafios que regem a conjuntura sócio-histórica do Serviço Social no âmbito da intervenção profissional, explicitando suas atribuições e competências no âmbito da política urbana.

Palavras-chave: Infraestrutura Urbana, ação profissional, atribuições do Serviço Social.

SUMMARY:

This article discusses the action of professional social work in implementing projects envisaged in the Urban Infrastructure Acceleration Program (PAC). It aims to confront the intervention process of Social Workers in project management and management of cities, differentiating it from other professions that require the implementation of the Programs for Social Work. Search is from a literature search and critical perspective on the dialectic, accept challenges and parameters that govern the socio-historical context of Social Work in mental health intervention, explaining their duties and responsibilities in urban policy.

Keywords: Urban Infrastructure, professional action, attributions of social services.

¹ Estudante. Uninter – Grupo Educacional. danuza.du@gmail.com.br



1. INTRODUÇÃO:

Com o objetivo de suprir as demandas que configuram a realidade atual das grandes cidades brasileiras, o Programa de Aceleração do Crescimento foi implementado pelo Governo Federal em 2007 a partir de forte pressão da classe trabalhadora, principalmente no que se referem às exigências por melhores condições de trabalho e, conseqüentemente pelo acesso à moradia digna e adaptação à vida na cidade.

O trabalho Social nesse contexto é exigido como uma demanda profissional de fundamental importância para a execução e gerenciamento dos projetos de infraestrutura urbana que compreendem o PAC, principalmente no que confere a garantia da participação popular nos espaços de decisão dos projetos envolvidos.

No primeiro momento, contribui-se para a contextualização do Programa de Aceleração do Crescimento a nível federal, explicitando suas ações e eixos previstos. Busca-se, a partir disso, fazer uma breve descrição sobre os documentos previstos pelo Programa (IN nº08 e COTS), que descrevem o eixo norteador para a ação dos trabalhadores sociais. No segundo momento, faz-se uma reflexão teórica sobre a ação profissional do Serviço Social, configurando elementos singulares da profissão que o diferencia dos demais profissionais através de sua prática interventiva no âmbito das políticas públicas.

Por fim, o presente trabalho estrutura-se com base na perspectiva crítica-dialética, e constitui-se a partir de bibliografias referenciais para a profissão e que fundamentam teoricamente a temática em questão.

2. O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)



O surgimento de assentamentos precários de moradia nas cidades acontece de maneira informal na medida em que o movimento impulsionado pela migração, principalmente de trabalhadores do campo, resulta na efetiva inserção das pessoas à cidade formal, cuja principal finalidade é a busca por emprego. A partir deste fenômeno de expansão das cidades, o tema referente à urbanização de assentamentos precários, foi considerado um dos eixos fundamentais para a consecução do desenvolvimento econômico e social do país.

Historicamente, o excessivo custo da terra urbanizada nas cidades brasileiras, somado à baixa capacidade de pagamento das famílias e à falta de alternativas habitacionais acessíveis no mercado formal ou à insuficiência das políticas habitacionais para as famílias de mais baixa renda, são fatores que têm levado um significativo contingente da população a viver em assentamentos precários e informais. (MCIDADES, 2010).

A nova fase do Estado neoliberal (Braz, 2008, p.51), é inaugurada pelo governo Lula e está marcada pela recuperação parcial do papel estatal como garantidor/ financiador dos espaços de acumulação de capital do país. Faz-se referenciar que o segundo mandato do Governo Lula deu prioridade ao crescimento da economia por meio de programas e projetos que visam a superação das dificuldades que condicionam o país, tais como: Programa Bolsa Família, Fome Zero, Luz Para Todos, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Universidade Para Todos (Prouni), Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. É justamente nessa perspectiva que estrutura-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o viés da urbanização de assentamentos precários de caráter social.

Para analistas sociais e políticos, é sob a perspectiva de visar o crescimento econômico que Lula constitui condições objetivas de intervenção política, por meio da implementação de programas e projetos sociais de cunho macroeconômico, propondo também garantir a sustentabilidade e a distribuição de renda dos brasileiros através da dinâmica parceria entre o Estado e a sociedade civil organizada.

O programa Federal de Aceleração do Crescimento é lançado em 22 de janeiro de 2007, no segundo mandato do governo Lula e propõe um conjunto de políticas econômicas durante o período referenciado, sob a perspectiva de promover o desenvolvimento econômico, através da



aceleração da economia, do aumento de empregos estimulando assim a melhoria das condições de vida da população Brasileira.

Aprovado pela Portaria: nº 411 de 28 de agosto de 2008, o Manual de Instruções para a Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das cidades inseridos no programa PAC prevê as seguintes ações: “Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários; Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, e Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social” (MCIDADES, 2008, p.04). Além disso, O PAC, efetivamente, é composto por dois grandes eixos que norteiam sua implantação, um com obras na área de infraestrutura, como hidrelétricas e estradas, e outro direcionado para a urbanização de favelas e saneamento.

Sendo a Caixa Econômica Federal juntamente com o Ministério das Cidades, as principais instituições responsáveis pelo financiamento do PAC, alguns programas e projetos formulados por estas instituições, compreendem as diretrizes norteadoras para a execução do trabalho social no PAC, especificando de forma detalhada suas atribuições e competências, conforme descrição a seguir.

3. Competências e atribuições previstas para o trabalho social no PAC

Em 26 de março de 2009, o Ministério das Cidades, sob autorização do Governo Federal, lançou a Instrução Normativa nº 8 que regulamenta o trabalho social nas ações e programas geridos pelo ministério das Cidades no PAC, em todo Brasil (NI, n. 8, 2009). Tal normativa, segundo o MCIDADES, trata:

[...] especificamente do desenvolvimento do trabalho social nos projetos de habitação de interesse social incluídos no PAC. Nela encontram-se a definição de Trabalho Social utilizada pelo Ministério; seus objetivos e diretrizes principais; a metodologia de desenvolvimento do trabalho através das suas fases; temas e conteúdos principais; os itens constitutivos para a elaboração de projetos de Trabalho Social e indica os elementos para o monitoramento e avaliação dos projetos e ou programas (PAZ; TABOADA, 2009, p. 03).



Os artigos 1 e 2 desta lei, regem sobre a aprovação de instruções específicas para o desenvolvimento do trabalho social em intervenções de provisão habitacional, e em intervenções de urbanização de assentamentos precários, determinando assim atribuições e competências específicas para dos técnicos sociais que atuam nesse campo, com o objetivo de orientar a prática profissional desses profissionais na execução da política urbana.

Com base nessas premissas, a Caixa Econômica Federal, enquanto instituição responsável pela gerencia dos recursos criou em junho de 2010, com o apoio do Ministério das Cidades, o chamado Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), a fim de proporcionar a organicidade das atividades da equipe técnica Social envolvida na execução dos programas de Desenvolvimento Urbano promovidos pelo Governo Federal.

Em suma, o referido documento propõe com base na IN n. 08, formas de intervenção de trabalho à equipe social envolvida na execução dos programas e possui a seguinte finalidade:

[...] orientar as equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Entidades Organizadoras/Construtoras e Empresas Credenciadas para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social nos programas operacionalizados pela Caixa, na área de Desenvolvimento Urbano (CAIXA, 2010, p. 02).

Neste documento, há significativa preocupação com a participação dos beneficiários na gestão dos projetos propostos, uma vez que, garantem sumariamente a efetivação dos serviços, adequando-se às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos, além de contribuir para a sustentabilidade do empreendimento.

Atuando em sintonia com o desenvolvimento das obras físicas, o trabalho da equipe técnica social deve, de forma interdisciplinar, promover a mobilização e a participação popular através de atividades de cunho sócio educativo, que fortaleçam as bases associativas e que abarquem as três macro-ações previstas na Instrução Normativa supracitada: Geração de Trabalho e Renda, Educação Sanitária e Ambiental e, por fim Mobilização e Organização Comunitária.

Destaca-se, porém, que o referido trabalho social compreende, de forma generalizada, diversas categorias profissionais. Ou seja, para a composição da equipe técnica social na execução dos programas, são autorizados profissionais com formação em Serviço Social,



Psicologia, Ciências Sociais/ Sociologia, ou Pedagogia, sendo que para a coordenação da equipe, os profissionais de Serviço Social e/ ou sociólogos recebem prioridade².

Haja vista a necessidade por diversos profissionais para atuarem no trabalho social, conforme previsto nos documentos supracitados, objetiva-se nesse momento tecer algumas considerações sobre o que compreende as atribuições e competências do profissional com formação em Serviço Social, a fim de explicitar os elementos de sua prática no âmbito da gestão e execução de políticas públicas.

4. A Ação Profissional do Serviço Social:

O Serviço Social, dentro de uma concepção sócio-histórica, é entendido como uma especialização do trabalho coletivo e, sua materialidade acontece na concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo enfrentar as inúmeras expressões da questão social³ (MARTINELLI, 2009, p. 150).

[...] O assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais (IMAMAMOTO, 2004. p. 65-64).

A intervenção profissional configura-se como um complexo processo marcado pelos distintos espaços sócio ocupacionais em que se insere e está delimitado pelas relações estruturais presentes na sociedade, sendo estes contraditórios e permeados pelas disputas dos interesses de classes, presentes na vida cotidiana.

² Destaca-se que os profissionais que compõem as áreas supracitadas devem apresentar experiência de trabalho realizado na área, comprovada em currículo.

³ A questão social é uma questão estrutural do capitalismo e circunscreve um terreno de disputas, pois diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre as classes na sociedade capitalista, envolvendo a luta pelo usufruto de bens e serviços socialmente construídos, por direitos sociais e pela cidadania (YASBEK, 2009, p.110).



De forma remunerada, o profissional é empregado para atuar na formulação, planejamento e execução de políticas públicas no âmbito das mais variadas manifestações da questão social, principalmente na forma como esta se expressa na vida dos indivíduos sociais constituintes da classe subalterna. Para tanto, as referidas situações exigem dos profissionais uma postura ética e criativa que ultrapasse as rotinas institucionais e que busque apreender o movimento da realidade nas suas mais diversas configurações, para que sejam possíveis de serem transformadas em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2009). A partir disso o assistente social desenvolve uma ação de cunho sócio educativo, quando, através da prestação de serviços por meio das políticas sociais que o empregam, viabiliza a ampliação e a garantia de direitos dos segmentos marginalizados pela sociedade em conformidade com as condições impostas pelo sistema capitalista.

Imersos nesses espaços sócio-ocupacionais, os assistentes sociais assumem o compromisso pela compreensão das políticas públicas enquanto democráticas e de enfrentamento à pobreza, de lutar contra o desmanche de direitos e construir parâmetros capazes de deter a privatização do público, sob a perspectiva de construir a hegemonia das classes trabalhadoras (Yasbek, 2009, p. 118).

Tais características compreendem o resultado de inúmeros espaços de discussão e construção coletiva da categoria na busca por sua legitimidade a partir de seu amadurecimento intelectual e político⁴ que o diferencia enquanto profissional categoricamente reconhecido no mercado de trabalho. Concepções estas que vem se modificando das bases do conservadorismo à esfera da concepção crítica e dialética na prática profissional, voltada aos interesses da classe trabalhadora e aos anseios da transformação social.

O Serviço Social é, portanto, uma profissão que dispõe de atribuições e competências singulares, e a necessidade de sua intervenção devem ser referenciadas com exclusividade, de modo a diferenciar sobre o que dispõe cada categoria profissional no âmbito da execução de projetos sociais. Nesse sentido, para que as ações previstas nos Planos Habitacionais de Interesse Social sejam efetivamente implementados com qualidade, todos os profissionais que

⁴ O Amadurecimento intelectual e político teve como marco inicial o movimento de reconceituação do Serviço Social, no período de 1965 a 1975. Este movimento expressa um amplo questionamento dos fundamentos, finalidades, compromissos ético políticos, procedimentos operativos e formação da profissão, estabelecendo assim a busca por um Serviço Social de caráter latino-americano, através de uma concepção crítica, junto aos interesses da classe trabalhadora, para o fazer profissional (Iamamoto, 2009).



demandam o PAC são importantes, desde que atuem de forma multidisciplinar na busca por condições sociais mais justas do espaço urbano.

5. CONCLUSÃO

Pensar o projeto profissional na dimensão técnico-operativa supõe que o assistente social domine a ótica reflexiva ao identificar e reconhecer as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico que exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual, bem como as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo – apoiado em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais nesse contexto.

Com vistas a diferenciar o Serviço Social das demais profissões previstas no PAC para o trabalho social, a realização do presente trabalho justifica-se no reconhecimento da ação profissional, enquanto espaço de conhecimento mútuo e troca de experiências, que são propiciadas pela frequente descoberta de novas determinações e possibilidades de intervenção no âmbito das relações sociais, tendo em vista a sistematização dos procedimentos técnico-operativos utilizados nas mais diversas situações do cotidiano de seu exercício profissional em distintos espaços sócio-ocupacionais.

Considera-se, pois, que é através de uma dimensão teórico-metodológica crítica, que podemos, enquanto profissionais, compreender o universo no qual a profissão está inserida, bem como desvendar a dinâmica da realidade em meio à ordem capitalista, haja vista que suas requisições e necessidades, são convertidas em demandas para a prática profissional. Nesse sentido, Guerra (2009, p.101) enfatiza que “somente a clareza sobre a natureza e o significado da profissão, o que faz o serviço social, é que nos permite avançar para o que pode e o que deve fazer”.

REFERENCIAS:



BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Urbanização de Favelas: experiência do PAC.** Secretaria Nacional de Habitação. 2008.

_____. _____. **Instrução Normativa n. 08.** 7/abr/2009.

BRAZ, Marcelo. **O PAC e o Serviço Social: Crescimento para que e para quem?** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano XXVI, n. 91, p.49-61, 2007.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social - COTS.** Jun/ 2010.

GUERRA, Yolanda. **O conhecimento crítico a reconstrução das demandas profissionais contemporâneas.** In: A prática Profissional do Assistente Social. Vol. 1. São Paulo: Veras, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Sentido e direcionalidade da ação profissional: projeto ético-político em serviço social.** In: A prática profissional do Assistente Social. 2009.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. TABOADA, Kleyd Junqueira. **Diretrizes do Ministério das Cidades para o trabalho Social.** MCidades, módulo III. 2010.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos Sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: Os anos 90.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

ROLNIK, Raquel. **Acesso ao solo urbano: limites e possibilidades.** In: In Acesso à Terra Urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis (SC), MCidades, 2008.



YAZBEK, M. C.O **Serviço Social e a Construção dos direitos sociais**. In: A prática profissional do Assistente Social. V.1, São Paulo: Veras Editora, 2009.